

ELITES PATRONAIS E UNIVERSIDADE: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A PRIMEIRA GESTÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (1969-1977).

NATHALIA LIMA ESTEVAM¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – nathaliaestevam1@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Marcados por expurgos, invasões e operações militares, os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira afetaram para além do ensino público vários órgãos estatais em todo país. Para manter o controle das instituições governamentais foi iniciada a “Operação Limpeza”¹, que visou livrar o funcionalismo público dos possíveis subversivos e coibir ações de funcionários, professores e alunos contrários ao golpe. Nas Universidades brasileiras a operação foi desenvolvida em dois momentos. O primeiro, a partir das intervenções em reitorias, e o segundo, nos procedimentos inquisitoriais e expurgos. As intervenções nas reitorias ocorreram como um facilitador para o regime, pois a partir do estabelecimento de uma figura ideologicamente alinhada ao golpe expurgos entre docentes, discentes, técnicos, e outros funcionários poderiam acontecer com maior controle e segurança. De acordo com Rodrigo Motta (2014), no contexto nacional os procedimentos inquisitoriais ocorriam a partir dos órgãos de controle nacionais, que delegaram às próprias instituições públicas o dever de investigar e punir seus servidores. No caso das universidades não foi diferente, as instituições ficaram responsáveis por instituir e gerenciar seus órgãos de investigação a partir da portaria de nº 259, de 20 de abril de 1964 do Ministério da Educação (MEC). A partir de ações como o desenvolvimento de Inquéritos policial-militares (IPM) e a formação de comissões compostas por civis e muitas vezes também por militares, as investigações eram mantidas. Também é possível inferir que a partir de órgãos como o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) o contexto de vigilância se estabeleceu entre os membros das reitorias brasileiras e auxiliou o regime a manter certa ordem ideológica nas instituições.

Nesse contexto, é fundada a Universidade Federal de Pelotas. A partir da reunião de instituições de ensino superior presentes na cidade no ano de 1969, foram combinados, para além de um corpo docente diversificado vindo das faculdades agora reunidas, os interesses das elites patronais e de uma parcela conservadora da população da cidade. Para ocupar o cargo de interventor/reitor da instituição, Delfim Mendes Silveira foi escolhido pelos militares. Anteriormente ocupando o cargo de diretor da Faculdade de Direito da URGs² Silveira havia participado de ao menos duas comissões que resultaram no expurgo de dois colegas, em 1964, e um estudante, em 1967. Além de Silveira, Gastão Pureza

¹ A expressão “operação limpeza” era utilizada pelos agentes repressivos para declarar a determinação em afastar os opositores do recém instalado regime. A expressão também indicava que a operação também se concentraria em limpar a corrupção das instituições públicas, mas, em primeiro momento, o alvo eram os inimigos políticos. (MOTTA, 2014).

² Antiga Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), atualmente Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Duarte e Rosa Russomanno, enquanto membros da URGs, participaram de comissões para expurgar possíveis subversivos, e mais tarde fizeram parte do corpo docente da recém-formada instituição (Mansan, 2009).

A partir de seu envolvimento entre as elites intelectuais e políticas na cidade de Pelotas a reitoria da Universidade Federal de Pelotas se formou. A primeira gestão da instituição ocupou o cargo até o ano de 1977. O contato permanente com as elites políticas envolvidas na manutenção do golpe, fizeram com que a longa primeira gestão da UFPel incorporasse verbas de fomento não previstas, favorecendo o desenvolvimento de pesquisas geralmente ligadas às ciências agrárias, área de concentração de interesses das elites locais (Ferreira, 2017). É possível inferir que a criação da pós-graduação e o desenvolvimento das pesquisas na instituição estavam atreladas a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), e previam o silenciamento da oposição na universidade. Dessa forma, combinação entre atividades repressivas e desenvolvimento institucional, traçaram os caminhos da UFPel que dispôs de uma expansão estrutural em seus primeiros anos.

Nesse sentido, as ações políticas, de favorecimento às elites patronais da cidade, assim como ao regime civil-militar, executadas pela reitoria da Universidade Federal de Pelotas ao longo dos anos de sua primeira gestão, demandam investigação. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é, através da documentação referente a UFPel, analisar as relações entre as elites patronais da cidade de Pelotas e a Universidade. E assim, contribuir para o desenvolvimento da historiografia sobre política nas universidades ao longo deste período antidemocrático, corroborando também para um melhor entendimento sobre as relações entre as elites locais.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, e atualmente está em processo de coleta de dados e pretende analisar documentos presentes no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)³, como fichas de expurgados da UFPel e URGs na cidade de Pelotas, assim como as recorrências dos agentes repressivos presentes na instituição. Também analisaremos o *clipping* e as entrevistas⁴ presentes no Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner (NDH-UFPel). E os relatórios da Comissão Nacional da Verdade. A pesquisa corresponde aos anos de 1969 a 1977, fim da primeira gestão da universidade.

Para além, a realização deste trabalho ocorre através da leitura de bibliografias pertinentes ao tema. As pesquisas de Vânia Ferreira (2017) sobre a Universidade Federal de Pelotas, assim como a dissertação de Leonardo Kantorski (2011) sobre os expurgos na Universidade Federal de Rio Grande, evidenciaram similaridades entre as ações das instituições de ensino superior no trato com “subversivos”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

³Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 02/09/2023.

⁴ As entrevistas foram concedidas à Profª Drª Beatriz Loner, e estão presentes no núcleo de Documentação Histórica professora Beatriz Loner, localizado no Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

É relevante ressaltar que pesquisas sobre o contexto da ditadura nas universidades brasileiras a partir da documentação produzida por órgãos de vigilância estão ganhando espaço. A implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), abriu arquivos repressivos e difundiu parte desses documentos em plataformas digitais. Entretanto, muitos dos documentos referentes à repressão nas universidades ainda mantêm um status de “desaparecidos”, e demandam do compromisso das instituições com a quebra do silêncio sobre esse período e a organização de Comissões da Verdade para investigar os casos de repressão a partir dos vestígios de suas AESIs (Assessorias Especiais de Segurança e Informações).

A dificuldade de acesso aos documentos das instituições de ensino superior geram um lento desenvolvimento de pesquisas relacionadas à atuação dos sistemas de inteligência nas universidades. Nesse sentido, o trabalho de Rodrigo de Sá Motta, *As universidades e o regime militar*, é uma das obras mais relevantes sobre o tema. Outros pesquisadores também citam as ações desenvolvidas na universidade no contexto de ditadura, como no caso da dissertação de Leonardo Kantorski⁵, que escreve sobre os expurgos ocorridos na Universidade Federal de Rio Grande sob a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, entre 1969 e 1977. Outra relevante contribuição é a dissertação de Jaime Mansan⁶, que ao analisar os expurgos ocorridos na UFRGS, entre 1964 e 1969, utiliza documentos da instituição, principalmente de sua CEIS (Comissão de Investigação Sumária). Ainda sobre a conjuntura da UFRGS, a dissertação de Letícia Fernandes⁷ utiliza os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a universidade e propõe um importante debate acerca da vigilância institucionalizada. Com relação a UFPEl a historiadora Vânia Ferreira⁸ traçou em sua dissertação um importante paralelo entre o contexto ditatorial e a criação da universidade. Ao longo de seu texto nos permite compreender o cenário nacional, pontuando ações e táticas de cada governo militar e como, ao analisar as primeiras décadas da universidade, suas ações reverberam na cidade de Pelotas.

No entanto, as relações entre as elites e a formação da universidade não foram investigadas até o presente momento. É nessa perspectiva que o trabalho analisa para além das entrevistas e documentos referentes aos participantes da primeira gestão, as fichas presentes no SIAN de professores e colaboradores expurgados ao longo deste período. Esta pesquisa auxiliará a investigação sobre o ambiente de repressão e desenvolvimento da instituição.

⁵KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina da Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

⁶MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

⁷FERNANDES, Letícia Wickert. **Sob a mira da inteligência: Os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a Universidade Federal do Rio Grande do sul (1964-1985)**. Orientador: Enrique Serra Padrós. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2021.

⁸FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória**. 125 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

4. CONCLUSÕES

Embora em fase inicial, a presente pesquisa aponta para um rede de apoio entre as elites patronais na cidade de Pelotas e a UFPel. Este tipo de pesquisa amplia a percepção a respeito das estratégias para a manutenção do poder patronal e institucional, possibilitando assim novas perspectivas sobre a conjuntura de criação e desenvolvimento de universidades interiorizadas. E também oferece um diferente panorama sobre as vinculações entre entidades ao longo da ditadura civil-militar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Tese/Dissertação/Monografia

FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória**. 125 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina da Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.